

**Eduardo Luiz  
Cavalcanti Campos**

**O PRINCÍPIO DA  
EFICIÊNCIA NO  
PROCESSO CIVIL  
BRASILEIRO**



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 20.02.2018

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C211p

Campos, Eduardo Luiz Cavalcanti O princípio da eficiência no processo civil brasileiro / Eduardo Luiz Cavalcanti Campos; [coordenação Leonardo Carneiro da Cunha]. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7983-6

1. Processo civil – Brasil. I. Cunha, Leonardo Carneiro da. II. Título. III. Série.

18-47837

CDU: 347.91/95(81)

1113 77

# SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>XIII</b>
<b>Capítulo 1 – Fundamentos da Eficiência Processual.....</b>	<b>1</b>
1.1. Fundamentos semânticos: conceito e aplicação do termo <i>eficiência</i> numa perspectiva interdisciplinar .....	1
1.1.1. A eficiência na administração de empresas .....	2
1.1.2. O conceito econômico de eficiência.....	6
1.1.3. A utilização do termo eficiência na Análise Econômica do Direito.....	8
1.1.4. O princípio da eficiência no Direito Administrativo.....	9
1.1.5. Eficiência administrativa e Poder Judiciário.....	16
1.1.6. Nota conclusiva.....	19
1.2. Fundamentos político-econômicos e axiológicos .....	20
1.2.1. Fundamentos políticos.....	20
1.2.2. Fundamentos econômicos.....	24
1.2.3. Fundamentos axiológicos: eficiência processual e ética democrática .....	26
1.3. Fundamentos jurídico-processuais e compatibilidade com o modelo cooperativo.....	28
1.4. Fundamentos jurídico-constitucionais e relação com o devido processo legal.....	34
<b>Capítulo 2 – Conteúdo Normativo e Natureza Jurídica da Eficiência Processual (Perfil Dogmático) .....</b>	<b>41</b>
2.1. Panorama doutrinário e teste dos argumentos .....	41
2.2. O entendimento adotado a respeito da distinção entre as espécies normativas.....	55
2.3. A eficiência processual como norma jurídica.....	60
2.3.1. A eficiência processual como norma-princípio.....	60
2.3.2. O princípio da eficiência processual: eficácia, funções e interações .....	64

2.4.	Princípio da eficiência processual <i>versus</i> princípio da efetividade....	71
2.5.	Princípio da eficiência processual <i>versus</i> princípio da eficiência administrativa .....	76
2.6.	Eficiência jurisdicional, razoável duração do processo e economia processual.....	83
<b>Capítulo 3 – A Cláusula Geral da Eficiência Processual e os Efeitos Jurídicos dela Decorrentes .....</b>		<b>87</b>
3.1.	Premissas teóricas .....	87
3.1.1.	Incidência dos princípios.....	87
3.1.2.	O processo e as situações jurídicas processuais.....	88
3.1.3.	Descumprimento da norma jurídica, ilicitude e sanção ....	95
3.1.4.	Cláusulas gerais e identificação dos efeitos do fato jurídico .....	99
3.2.	O art. 8º do CPC, a cláusula geral da eficiência processual e a indeterminação no antecedente normativo .....	104
3.3.	Cláusula geral da eficiência processual, indeterminação no consequente normativo e sujeitos processuais a quem a norma é dirigida.....	107
3.4.	Descumprimento da norma-princípio, relações jurídicas decorrentes e sanções cabíveis .....	112
<b>Capítulo 4 – Princípio da Eficiência e Dever de Gestão Processual.....</b>		<b>119</b>
4.1.	Gestão judicial e gestão processual.....	119
4.1.1.	Generalidades.....	119
4.1.2.	O dever de gestão processual no direito português .....	122
4.1.3.	<i>Case management</i> e <i>court management</i> .....	128
4.1.4.	O gerenciamento de processos na doutrina brasileira....	133
4.2.	Os papéis dos sujeitos processuais na gestão do processo.....	137
4.2.1.	Generalidades.....	137
4.2.2.	O juiz e a gestão do processo .....	140
4.2.2.1.	Independência judicial e <i>accountability</i> .....	141
4.2.2.2.	Do juiz diretor ao juiz gestor: delegação de tarefas <i>versus</i> indelegabilidade da jurisdição .....	146
4.2.2.3.	O juiz e seu papel na solução autocompositiva...	152
4.2.3.	O papel das partes.....	155
4.2.4.	Gestão compartilhada .....	157
<b>Conclusões .....</b>		<b>163</b>
<b>Referências .....</b>		<b>167</b>